

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17164 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

BNCC, GÊNERO E SEXUALIDADE: PLURALIDADES CENSURADAS

Pâmela Tainá Wink da Luz - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES Cnpq

BNCC, GÊNERO E SEXUALIDADE: PLURALIDADES CENSURADAS

Resumo: O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, vinculada ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e tem como objetivo analisar como as questões de Gênero e Sexualidade têm sido abordadas na BNCC, a fim de compreender as mudanças ocorridas no documento e problematizar o desinteresse e o retrocesso do Sistema Educacional frente a estes assuntos. Um dos interesses dessa pesquisa é analisar ainda os impactos dos estudos referentes a gênero, sexualidade e educação sexual nas escolas e na formação dos estudantes. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica que utiliza como fontes a Base Nacional Comum Curricular e outras pesquisas já realizadas na área. Embora nos últimos anos a pesquisa acadêmicas referente a Gênero e Sexualidade tem estado em crescente expansão, esse assunto ainda é um tópico sensível quando direcionado para a educação básica e por isso deve ser debatido.

Palavras-chave: Currículo; Educação; Educação Sexual; Gênero; Sexualidade

Para que possamos discutir gênero, sexualidade e orientação sexual na BNCC, necessito primeiramente realizar uma breve introdução acerca destes termos, a fim de que haja melhor compreensão sobre a abordagem dessa pesquisa. O conceito de gênero tem sido utilizado para destacar a natureza prevalentemente social das diferenciações fundamentadas pelas características biológicas do sexo, conforme colocado por Scott (2017, p. 72), encontra-se ligado a cultura, sendo construído através de sucessivas gerações e está intrinsecamente enraizado nas relações de poder entre homens e mulheres, a hierarquia dessas relações e as normas de convívio e comportamento, por esse motivo ele também é muito utilizado em um sentido político nos estudos sobre história das mulheres. Já o conceito de Identidade de Gênero, abordamos aqui como a relação de um indivíduo com o masculino e o feminino através de uma visão pessoal do 'eu', ou seja, a identidade com a qual ele se identifica, independentemente do sexo. Conforme Judith Butler (2018), a identidade de gênero é performaticamente construída por sanções sociais e tabus, portanto, ela se torna real ao ser performada, a autora afirma que dessa forma, o gênero de uma travesti é tão real quanto o de

uma pessoa cuja performance atende às expectativas sociais. Por fim, a sexualidade ou orientação sexual refere-se aos relacionamentos afetivo-sexuais, por quem nos apaixonamos ou sentimos desejo, a atração que temos por outras pessoas, do mesmo sexo ou do oposto, por ambos e em alguns casos, por nenhum.

Embora a temática de gênero e sexualidade já conte com uma interessante gama de pesquisas na área da educação, este permanece sendo um tópico sensível quando direcionado para a educação básica. Dificultando ainda mais esse debate, em 2018 o Ministério da Educação removeu partes do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que abordavam sexualidade e a importância de respeitar a orientação sexual de outros alunos. Ademais, os termos "identidade de gênero" e "orientação sexual" foram suprimidos do documento, em determinadas partes o MEC também eliminou a palavra "gênero", já a palavra "sexualidade" aparece apenas 3 vezes no texto e ao aparecer é referindo-se à sexualidade reprodutiva, enquanto a palavra "orientação" em nenhum momento aparece relacionada a sexualidade ou gênero. Em nota, o MEC garantiu que o documento da BNCC preserva e garante o respeito a pluralidade e a valorização da diversidade, direcionando a educação brasileira para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, respeitando a sua diversidade (G1, 2017a). O órgão ainda pontuou que as versões anteriores não eram de caráter definitivo e que o documento passou por ajustes que identificaram redundâncias no texto e que por este motivo, as alterações foram feitas. Mas como podemos ver no exemplo do trecho a seguir, tais redundâncias não existiam:

Como era:

Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de sexo, de *identidade de gênero* e de *orientação sexual*. (BRASIL, 2016, p.301).

Como ficou:

Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas *diferenças de gênero* (BRASIL, 2018, p.301).

O termo "redundância" diz respeito ao uso excessivo de palavras que tragam uma mesma ideia, ou então, a informações que se repetem, o que não é o caso, pois como já mencionado anteriormente, esses termos trazem diferentes significados e referem-se a diferentes questões. A exclusão de termos relacionados às pluralidades é também uma violência, sendo uma forma de silenciar determinadas pautas no âmbito educacional e, conseqüentemente, possibilitar a perpetuação de preconceitos e abusos.

Essa não foi a primeira vez que documentos educacionais passaram pela censura de termos relacionados as questões de gênero. Em junho de 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio, que definia 10 diretrizes que deveriam guiar a educação

brasileira e mais 20 metas a serem cumpridas durante os seus dez anos de vigência, de 2014 a 2024. Porém, o documento chamou atenção pela remoção do trecho que falava sobre gênero, onde a frase “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” foi substituída por “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Brasil, 2014, p. 1).

Tais modificações ocorreram após pressão da sociedade civil e de deputados, os quais afirmavam que a abordagem desses temas na educação seria contrária ao conceito de família, baseado na ideia de “família tradicional brasileira”. Movimentos que buscavam a retirada das discussões referentes a gênero e sexualidade do PN, ficaram conhecidos como movimentos contra a “ideologia de gênero” (Barroso; Silva, 2020) e passaram a difundir ideias distorcidas sobre gênero e sexualidade e a disseminar o pânico moral referente a essas questões.

Trabalhar com as questões de Gênero e Sexualidade em ambiente escolar vai ainda além da descoberta e do desenvolvimento pessoal, faz-se também necessário por uma questão de saúde e de segurança pública, especialmente no que diz respeito aos tristes dados de abusos cometidos contra crianças e adolescentes em ambiente familiar. Segundo dados publicados no dia 18/05/2023 em um boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, familiares e conhecidos são responsáveis por 68% dos casos de abuso sexual cometidos contra crianças no Brasil, é destacado ainda que entre os anos de 2015 e 2021, o país registrou mais de 200 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o documento ressalta que apesar da família e da escola desempenharem papéis fundamentais na formação social de crianças e adolescentes, não garantem uma rede de proteção (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023), o que evidencia a necessidade de um sistema melhor articulado para a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa realidade também deixa clara a necessidade de que todas as escolas trabalhem com a educação sexual, para que as crianças sejam capazes de identificar uma violência e encorajadas a denunciar seus agressores.

Infelizmente até mesmo quando se trata de educação sexual voltada para a prevenção de abusos, doenças e até mesmo gestações precoces, encontra-se resistência em incluir esse tema nas escolas; as opiniões contrárias dizem que ao incorporar o estudo dessas temáticas, a escola estaria criando um ambiente que incentivaria as crianças a experimentarem a sexualidade a fim de saber o que melhor lhes convém, e assim, acabariam por colocar em risco a “família tradicional”. Além disso, argumenta-se que o tópico de sexualidade deveria ser exclusivamente tratado pelos pais, uma vez que não é responsabilidade da escola proporcionar educação sobre esse assunto, argumento que é muito incongruente, pois como visto antes, grande parte dos abusos ocorre justamente no seio familiar.

O que torna esse tema ainda um tabu na educação é justamente a falta de acesso a informações acerca da importância de se trabalhar esse assunto. Infelizmente, tal resistência é apoiada e incentivada por alguns setores governamentais, movidos por ideias conservadoras difundidas muitas vezes por lideranças religiosas no meio político. Tais agentes políticos,

vestidos de um moralismo baseado em suas próprias convicções, exercem constante pressão no Ministério da Educação e são responsáveis por divulgar desinformações, as chamadas “fake News”, visando persuadir a sociedade a se posicionar contra qualquer tentativa de levar essa temática para as escolas.

Como ressaltado anteriormente, as bancadas do boi, bala e bíblia, articuladas com setores ultraconservadores das igrejas evangélicas, protestantes e católicas, desenvolveram no Brasil, assim como vinha se desenvolvendo em outros lugares do mundo, a ideia de que os estudos de gênero e sexualidade, e os direitos das mulheres e LGBT estavam degenerando a família e a sociedade. A principal estratégia para a disseminação desses pânicos morais no contexto brasileiro foi à propagação de inverdades sobre as pautas feministas e LGBT, e os estudos de gênero e sexualidade (Silva, 2020, p. 155).

Lamentavelmente essa atual onda conservadora que permeia a sociedade acaba por obstaculizar o processo de criação de políticas públicas e educacionais que possibilitem a discussão de tópicos relacionados a sexualidade, gênero e até mesmo à educação sexual. Por consequência, esses discursos maliciosos têm tido impacto negativo na formulação de políticas abrangentes que dialoguem com tais demandas e como consequência, milhares de crianças e adolescentes permanecem enfrentando situações de humilhação e não aceitação de suas identidades, afinal a compreensão destas questões é o primeiro passo para que o entendimento de si mesmo se faça possível, visto que é na transição da infância para a adolescência que muitos questionamentos internos sobre sexualidade e identidade começam a ganhar força e é justamente no meio educacional, dentro das escolas, que os estudantes podem e precisam ser acolhidos, uma vez que depois do convívio familiar, é no convívio escolar que as desigualdades se perpetuam, pois

Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença (Louro, 1997, p. 61).

Essas discrepâncias estão, em sua maior parte, ligadas ao conceito de Gênero, onde se define e são ditados os traços e características que devem pertencer a meninos e meninas. Isso se manifesta desde as atividades físicas, como a perspectiva de que meninas joguem vôlei e meninos futebol, até às regras de comportamento e os padrões ditados para a postura individual. Através de sua forma de organizar-se, os conteúdos, discursos, avaliações, brincadeiras e toda sua rotina, a escola sentencia como seus alunos devem agir, pensar, como devem portar-se no geral e assim vão se produzindo ou moldando os sujeitos e suas identidades (Lima; Mariano, 2022, p. 822).

Historicamente, as relações de gênero são produtoras de diversas desigualdades e violências na sociedade. Para alcançarmos uma educação e por consequência, uma sociedade mais justa e acolhedora, é necessário insistir para que cada vez mais a escola seja um local seguro de aprendizado, acolhimento e desenvolvimento pessoal para os estudantes, que dentro dela estão construindo suas identidades.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Ramon Roberto de Jesus; SILVA, Lana Claudia Macedo da. Gênero e sexualidade na educação brasileira em tempos de movimento Escola sem Partido. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 427-451, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v8i1.11160>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120 -A, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2014&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Caderno de Leituras**, [S. l.], n. 78, p. 1-16, jun. 2018.

G1. MEC tira termo 'orientação sexual' da versão final da base curricular. **G1 Educação**, [S. l.], 7 abr. 2017a. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-tira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular.ghtml>. Acesso em: 1jun. 2024.

LIMA, Rosemeiry Assunção Ales Zozias; MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. “Homem não rebola”; “Essa menina contamina as colegas”: reflexões sobre direitos humanos, gênero e escola. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v.16, n. 36, p. 809-825, set./dez. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1615>. Acesso em: 29 maio 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes,1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Boletim epidemiológico, v. 54, n. 08, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVA, Elder Luan. dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, Histórias**, [S. l.], v. 8, n. 16, 143-169, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>. Acesso em: 29 maio 2024.